

MEMÓRIA COLETIVA E AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA:
entre invenções e desinvenções da história afroamazônica

COLLECTIVE MEMORY AND IDENTITY AFFIRMATION:
between inventions and disinventions in afroamazonian history

MEMORIA COLECTIVA Y AFIRMACIÓN DE IDENTIDAD:
entre invenciones y desinenciones en la historia afroamazónica

Eloísa Amorim de Barros

Mestre em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (UFOPA); Professora do curso de Psicologia (IEPES),
Brasil - eamorimdebarros@gmail.com

Itamar Rodrigues Paulino

Doutor em Teoria Literária (UnB), professor, pesquisador e coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ) e do Programa de Pesquisa e Extensão Cultural, Identidade
e Memória na Amazônia (PROEXT-CIMA/UFOPA), Brasil - itasophos@gmail.com

Recebido em: 05/09/2020

Aceito para publicação: 24/09/2020

Resumo

A Amazônia é um grande espaço de discussão, produção de pensamentos críticos e alforriamento cultural com demandas emancipatórias contra a historiografia brasileira, baseada no princípio falacioso de que a escravidão não teve maior importância na região porque o trabalho escravo indígena era mais utilizado do que o africano. Nas últimas décadas, essa tese vem sendo derrubada, com a organização das comunidades quilombolas no Baixo Amazonas. Este artigo faz um estudo dos discursos de colonizadores e colonizados, entre invenções e desinvenções da história afroamazônica, apresentando nuances da história e da cultura no interior da floresta. Ao chegarem ao “Novo Mundo” os colonizadores fizeram registros narrativos exóticos sobre a população e inventários econômicos sobre a natureza, apresentando-o como território de exploração. O cerzimento de alguns novos conceitos retirados da história silenciada de afroamazônicas com a História oficial do País é o propósito de nossa discussão.

Palavras-Chaves: História. Cultura. Amazônia. Africanidade.

Abstract

The Amazon is a great space for discussion, production of critical thoughts and cultural freedom with emancipatory demands against Brazilian historiography, based on the fallacious principle that slavery was not of greater importance in the region because indigenous slave labor was more used than African labor. . In the last decades, this thesis has been overturned, with the organization of quilombola communities in the Lower Amazon. This article makes a study of the speeches of colonizers and colonized, between inventions and disinventions of Afro-Amazonian history, presenting nuances of history and culture in the interior of the forest. Upon reaching the “New World”, the colonizers made exotic narrative records about the population and economic inventories about nature, presenting it as a territory of exploitation. The reasoning of some new concepts taken from the silenced history of afroamazonids with the official history of the country is the purpose of our discussion.

Keywords: History. Culture. Amazon. Africanity.

Resumen

La Amazonía es un gran espacio de discusión, producción de pensamientos críticos y libertad cultural con demandas emancipadoras frente a la historiografía brasileña, basada en el falaz principio de que la esclavitud no era más importante en la región porque se usaba más el trabajo esclavo indígena que el africano. En las últimas décadas, esta tesis se ha volcado, con la organización de comunidades quilombolas en el Bajo Amazonas. Este artículo hace un estudio de los discursos de colonizadores y colonizados, entre inventos y desinventiones de la historia afro-amazónica, presentando matices de historia y cultura dentro de la selva. Al llegar al “Nuevo Mundo”, los colonizadores realizaron exóticos registros narrativos sobre la población e inventarios económicos sobre la naturaleza, presentándola como un territorio de explotación. El razonamiento de algunos conceptos nuevos tomados de la historia silenciada de las afroamazonidas con la historia oficial del país es el propósito de nuestra discusión.

Palabras Clave: Historia. Cultura. Amazonas. Africanidad.

Breve introdução

A presença de negros na Amazônia é uma realidade inegável e a constituição de comunidades de mocambo e quilombos no interior da floresta tropical é tão antiga quanto o aporamento dos primeiros africanos escravizados no litoral da então colônia de Portugal no Novo Mundo. Entretanto, o reconhecimento oficial da presença e da constituição das comunidades afroamazônidas é tão insignificante nos livros de História do Brasil que serve até mesmo de justificativa para se defender a tese da irrelevante presença africana na região e do simplismo no reconhecimento do *status* cultural desse povo que tanto contribuiu na formação do povo da Amazônia.

Neste caso, é preciso apresentar que por muito tempo a historiografia nacional se baseou no princípio falacioso de que a escravidão não teve maior importância na região, pois o trabalho escravo indígena era utilizado com mais frequência do que o africano. Essa tese inventada para sufocar a História africana na Amazônia vem sendo derrubada desde o final da década de 1980, com a organização das comunidades de quilombos no Baixo Amazonas, por meio dos Encontros de Raízes Negras¹, e a promoção de meios de recuperação, preservação, dinamização e divulgação de suas histórias e suas culturas (AZEVEDO, 2002). Assim, o grito

¹ As temáticas abordadas nos encontros que se seguiram ao primeiro “Encontro Raízes Negras” na região paraense do Baixo Amazonas, nos anos de 1988 a 2002, são: II Encontro “Família, Trabalho e Cidadania”, na comunidade Jauari – Oriximiná (1989); III Encontro “Quilombo: ontem, hoje e amanhã: resistência, bem estar e organização”, na comunidade Silêncio do Matá – Óbidos (1990); o IV Encontro “A luta ecológica, o negro e sua cultura”, na comunidade Tapagem – Oriximiná (1991); V Encontro “Negro, suas terras e cidadania”, na comunidade Pacoval – Alenquer (1993); VI Encontro “Com Zumbi dos Palmares rumo aos 300 anos: redescobrimo a história, valorizando a cultura e celebrando a vida”, na cidade de Óbidos (1995); VII Encontro “500 anos de Repressão transformados em resistência e articulação dos Quilombos do Baixo Amazonas”, na comunidade Serrinha – Oriximiná (1997); VIII Encontro “Da mãe África à mãe amazônica: nossa terra, nossa gente, nossa luta”, na comunidade Saracura – Santarém (1999); e IX Encontro “Terras de remanescentes, desenvolvimento sustentável e meio ambiente”, na comunidade Pacoval – Alenquer (2002).

africano ecoado na Floresta parece ter alcançado os ouvidos de pensadores e pesquisadores pouco confortáveis com as “verdades” da História oficial brasileira.

Desse desconforto têm surgindo novos pensamentos, novos olhares e novas críticas sobre a presença africana na Amazônia. Não se esperando outro caminho, a novidade no resgate das manifestações memoriais e culturais sob a guarda dos remanescentes de mocambos de escravos fugidos e alforriados na região do Baixo Amazonas é a desinvenção de uma História forjada que apresenta a escravização de índios e negros no mesmo grau de silenciamento sobre a importância desses povos na constituição da História oficial e no desenvolvimento da região. De fato, a imersão feita por estudiosos no ambiente quilombola e mocambeiro da Amazônia traz à luz histórias memoriais e revelações das composições culturais que vitalizaram o jeito de viver dos africanos desde há séculos na região. Tais pesquisas são fundamentais, pois seus resultados servem de argumentos que fortalecem lutas dos movimentos afroamazônidas para garantir êxito em seus processos de reconhecimento territorial e de reconhecimento de seu *status* cultural, superando o embranquecimento da história e da cultura do Brasil, um malefício produzido pelo racismo nacional.

Essa constatação serviu de incentivo ao nosso mergulho no ambiente dos estudos culturais e na compreensão da história afro na região Amazônica. Para tanto, costuramos alguns conceitos que permitissem uma compreensão plausível da história afro no Brasil, e a partir disso confirmar a importância dos povos africanos na formação identitária e cultural brasileira.

História da Afroamazônia brasileira: alforriamento cultural e processo emancipatório

Na esteira dos estudos culturais pós-coloniais, a Amazônia desponta como espaço de discussão e de produção de pensamentos críticos de alforriamento cultural com demandas emancipatórias, embora também se tenha discursos ainda neocolonialistas e de subjugadores das novas gerações que vivem na região amazônica. Iniciada a partir do século XV como empreendimento de diversos povos da Europa, como lusitanos, espanhóis, holandeses, ingleses e alemães, a expansão colonial no território “Novo Mundo” se utilizou de processos de dominação física como escravização e atos severos de coerção e punição dos povos originários e dos povos africanos trazidos como escravos, bem como da dominação cultural

sobre esses povos, por meio da conversão compulsória, pois tinham identidades culturais diferentes e divergentes ao modo de vida aparentemente padronizado do colonizador.

Os mesmos colonizadores promoveram compulsoriamente a diáspora africana para a Europa e o Novo Mundo como meio garantidor de mão de obra escrava em suas terras. Ainda assim, os colonizadores não conseguiram manter sua matriz sociocultural livre das interferências contingenciais de vidas e culturas existentes no além Europa. Ao aportar nas terras do Novo Mundo, trouxeram consigo uma gama de conhecimento e meios que pudessem instrumentalizá-los no enfrentamento das intempéries, tais como o clima tropical severo ao europeu, as diversas doenças, os conflitos e confrontos com povos originários, e a convivência com os povos africanos escravizados trazidos à colônia no início da exploração, além de terem que resolver problemas de desabastecimento e fome. Esses colonizadores acreditavam que sem tais conhecimentos e a destreza na lida com situações adversas, suas condições de vida e seus comportamentos culturais poderiam ser engolidos pelos hábitos culturais dos povos ‘desconhecidos’ encontrados durante as invasões territoriais.

Segundo Gadelha (2002), um dos primeiros documentos portugueses sobre o vale amazônico foi a *Carta de Diogo Nunes* (1553) dirigida à D. João III, onde descreve ter descido o Amazonas desde o Peru, acompanhando uma expedição de um mercador espanhol e pedindo autorização para conquistar e colonizar as terras da Espanha em troca das mesmas concessões como os espanhóis recebiam da Coroa espanhola. Cabe ressaltar que onze anos antes desse evento, ocorreu o registro oficial do primeiro navegador explorador a percorrer o rio Amazonas, o espanhol Francisco de Orellana, nos anos de 1541 e 1542 (SMITH, 1994). Neste caso, é fundamental apresentar que a ocorrência das expedições espanholas na região alertaram os portugueses sobre a exploração do novo território, que de imediato alteraram os planos de colonização. De acordo com Vicente Salles (1992), a fundação de Belém marcou a incorporação da Amazônia no mapa português no ano de 1616, sendo os indígenas a primeira mão de obra explorada de forma escrava pelo reino Luso, seguido da chegada dos escravos vindos da África. Entretanto, segundo Reis (1961), foram os ingleses que introduziram os primeiros africanos escravos na Amazônia, especialmente no extremo norte do Brasil entre os séculos XVI e XVII, para o cultivo da terra.

Daquele período em diante, a escravidão na Amazônia passou a ser rotina e fortalecida na segunda metade do século XVIII e início do século XIX com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, iniciativa do Marquês de Pombal. Neste

período, ocorreram fortes desavenças entre jesuítas e colonos, o que levou os últimos a reivindicar a Pombal a utilização de escravos africanos nas lavouras. Segundo Meireles (2009), a introdução regular de cativos no estado do Grão-Pará e Maranhão foi disciplinada pelo alvará régio de sete de junho de 1752, que oficializou o exercício comercial da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e assegurou o monopólio do tráfico de escravos africanos na Amazônia. Desde então o quantitativo de escravos na Amazônia subiu vertiginosamente.

Ao investigar sobre o tráfico transatlântico na região amazônica, Bezerra Neto (2012) constatou que dos quase 60 mil africanos ingressados no Grão Pará entre o final do século XVII e a década de 1840, mais de 60% ingressaram entre 1756 e 1800 e mais de 35% entre 1801 e 1841. O trabalho escravo de origem africana esteve presente assim em diversos setores da economia do norte Brasileiro, como na agrícola, pecuária e em algumas fortificações militares com maior ou menor grau de importância para a economia amazônica, ao lado do trabalho de indígena e mestiço livres. Esse trabalho ocorria nas regiões do torno de Belém e no Marajó; no Baixo Tocantins; no Amapá; na região do Baixo Amazonas; no nordeste paraense.

Podemos inferir que o sistema escravagista iniciado na Amazônia serviu de base instrumental de vários setores econômicos como o agrícola, pecuário, extrativista e nas fortificações militares, além de favorecer o povoamento da região. Isso demonstra que a partir do século XVII, começa a haver na região intensas relações de trocas sociais e culturais, quer pelas imposições quer pelas submissões, entre as matrizes indígena, europeia e africana. Além desses aspectos, a escravidão na Amazônia também se caracteriza pela existência de mocambos de escravos fugidos e alforriados, que em alguns casos se estabeleceram em lugares de difícil acesso, sendo confundido ao longo dos tempos como comunidades rurais.

A Organização dos Afroamazônidas e o Silenciamento da História do Brasil

Na composição histórica e cultural dos afroamazônidas, Funes (2009) considera que a maioria dos mocambos da Amazônia teve sua formação iniciada no século XIX, resultante das fugas de escravizados, principalmente, dos que foram alocados para terras do Baixo Tapajós e Baixo Amazonas,

Foi munido dessas possibilidades fronteiriças que adentrei na história das comunidades negras amazônicas, que, no século XIX, se constituíram, como quilombos, nos rios Erepecurú, Trombetas, Curuá, nos lagos de Óbidos e no rio Amazonas, no município de Santarém, oeste do Pará, região então denominada Baixo Amazonas. [...] Histórias de comunidades cujas ancestralidades remontam às sociedades mocambeiras que se constituíram nos altos dos rios, região das cachoeiras – as águas bravas – hoje estão estabelecidas nas águas mansas, com ramos entrelaçados por relações de parentesco, compadrio e outras afinidades. Estão entrelaçados, sobretudo, por uma mesma história, partilhando experiências comuns na constituição de uma identidade e na construção de um espaço único – terras de negros, que é ao mesmo tempo raiz e cultura. (FUNES, 2009, p. 147-148)

Chamados popularmente de Mocambos e oficialmente de Quilombos, os territórios de base africana no Baixo Amazonas eram constituídos de escravos fugidos, alforriados e libertados e detinham um tipo de organização sociopolítica específica, com esquema espacial de suas palhoças feita a partir de laços de parentesco, e assentados em relações de solidariedade recíproca. Nos casos específicos dos mocambos de preto da região do Baixo Amazonas, eles eram geralmente estabelecidos em regiões de várzea, e suas condições econômicas e sociais cotidianas ocorriam de acordo com a sazonalidade de cheias e vazantes dos rios.

Essas características dos territórios africanos do Baixo Amazonas no século XIX são válidas até os tempos presentes. Moreira Neto comenta a existência de mocambos negros e de comunidades de povos indígenas refugiados nas cabeceiras de rios e igarapés dotados dessas características no século XIX. Para ele, “nessas áreas de refúgios, comunidades de índios, de mestiços e de negros constituíram, à margem da sociedade colonial, nichos onde puderam desenvolver uma existência social autônoma, por vezes de singular vitalidade inventiva” (MOREIRA NETO, 1988, p.85).

Não por acaso que, ao mencionar as comunidades quilombolas como grupos de práticas de resistência no espaço da Amazônia, Funes (2009) propõe que a memória e cultura delas sirvam de referencial protagonista e de contraste à memória do colonizador e, conseqüentemente, sirva de base desinventiva da história oficial. Isso permitiria a apresentação de uma trajetória que elas fizeram de sua formação até sua consolidação territorial, mesmo que elas tenham sido sujeitadas a influências e valores diversos que trouxeram conseqüências na composição hibridizada de sua identidade e cultura africana no interior da grande floresta tropical. Naturalmente, a constituição identitária e cultural ocorre com a criação de novos trejeitos amazônicos mesclados a seus costumes ancestrais e

revelados em seus objetos simbólicos como língua, história, religião, interesses, gostos e cultura (FURTADO *et al*, 2014).

Costumes socioculturais são resultados da memória coletiva que, segundo Halbwachs (1992), é um fenômeno que surge da interação social, não podendo ser reduzida a contribuições de indivíduos. Neste caso, Pierre Nora defende ser "a memória, ou o conjunto de memórias, mais ou menos conscientes de uma experiência vivida ou mitificada por uma comunidade, cuja identidade é parte integrante do sentimento do passado" (NORA, 1978, p. 398), embora a volatilidade do presente instabilize a decisão coletiva sobre o que não pode cair no esquecimento e o que deve permanecer esquecido.

Assim, cabe às culturas a função de manter viva a memória coletiva do passado, já que ela constitui a faculdade de conservar e lembrar estados pretéritos de consciência e tudo quanto esteja associado a eles. Contudo, tais conceitos são bastante limitados quando os relacionamos à memória coletiva afroamazônida, pois as lembranças do estado pretérito no caso afroamazônida são compostas de fatores de negação por parte do colonizador da vida do colonizado. Neste sentido, o que significaria negritude, ou identidade preta na Amazônia? Ou ainda como apresentar a História preta da Amazônia, feita de cor de pele e rasgos de açoite pelo corpo, reconhecendo e legitimando a resistência afroamazônida nos ambientes opressivos do passado e preconceituosos do presente? É preciso, seguindo a proposição de Munanga (2019), um debruçar incansável na construção identitária afro na região amazônica para além da oposição branco-preto, partindo do princípio de que o conceito de identidade recobre uma realidade bem mais complexa do que se pensa, englobando fatores históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, político-ideológicos e raciais:

Talvez seja necessário para mostrar essa diversidade contextual, considerar alguns fatores tidos como componentes essenciais na construção de uma identidade ou de uma personalidade coletiva, a saber: o fator histórico, o fator linguístico e o fator psicológico. A identidade cultura perfeita corresponderá à presença simultânea desses três componentes no grupo ou no indivíduo. Mas isso seria um caso ideal, pois na realidade encontram-se todas as transições desde o caso ideal até o caso extremo da crise de identidade pelas atenuações nos três fatores distintos. [...] Poder-se-á dizer, em última instância, que a identidade de um grupo funciona como uma ideologia na medida em que permite a seus membros definir em contraposição aos membros de outros grupos para reforçar a solidariedade existente entre eles, visando a conservação do grupo como entidade distinta. (MUNANGA, 2019, pp. 9-12).

Portanto, a identidade coletiva afroamazônida é também memória coletiva, pois é por meio dela que a coletividade negra filtra o que precisa ser guardado, retido e evocado quando

necessário em vista do fortalecimento dos laços de solidariedade e evidência do que é distinto ao grupo, e o que deve ser lançado ao esquecimento por não contribuir com a preservação do que interessa à cultura coletiva. Não por acaso, Ecléa Bosi ressalta que “do vínculo com o passado se extrai a força para formação de identidade” (BOSI, 2003, p. 16), i.e., há intrínseca relação das categorias memória e cultura, como aspectos formativos da identidade de um povo. Ora, se a cultura e memória constituem a identidade de um povo, a memória cultural é então fundamental na formação do coletivo afroamazônida.

A memória cultural do coletivo afroamazônida é composta de heranças simbólicas existentes nas mais diversas formas como ritos, rituais, costumes, festejos, objetos, textos sagrados, histórias e causos, que funcionam como alavancas que impulsionam os indivíduos para o tempo pretérito, podendo até mesmo alcançar o tempo mítico das origens, lugar onde estão cristalizadas as experiências coletivas (KUNANGA, 2019). São essas memórias que ajudam no processo de aquisição de identidade humana porque traz para o presente o que o passado registrou como fundamental. Neste sentido, Paulino expressa que,

A formação de uma identidade cultural é algo que depende de diversos fatores, e seu reconhecimento é tanto mais plausível quanto mais forem realizadas práticas singulares de cultura daí resultantes. Embora seja fundamental a identidade de um grupo cultural para sua existência porque revela a qualidade do idêntico entre entes participantes, não se pode negar que processos identitários são relativos devido ao caráter dinâmico da formação cultural de um povo. (PAULINO, 2018, p.156)

Um fator fundamental a ser evidenciado no fortalecimento da memória coletiva afroamazônida é o processo de desinvenção da história descrita pelo colonizador e espalhada nos livros de História brasileira. De fato, há nas últimas décadas um esforço coletivo de estudiosos e pesquisadores da Amazônia para interromper o ciclo silencioso sobre presença negra na Amazônia, e por extensão no país inteiro (FERRETI, 1998; SCHWARTZ, 1986; FUNES, 2015). Por isso, concordamos com Sampaio, ao afirmar sobre “um silêncio persistente que insiste em apagar memórias, histórias e trajetórias de populações muito diversificadas que fizeram desta região seu espaço de luta e sobrevivência. Esta é uma dívida de muitas gerações que ainda reclama sua paga.” (SAMPAIO, 2011, p.8).

Faz parte desse ciclo de silenciamento a tese do historiador Arthur Reis sobre certo quantitativo inexpressivo da presença africana na Amazônia (REIS, 1944; REIS, 1965; REIS, 2001). Segundo Sampaio (2011), essa postulação provoca uma invenção da História da escravidão e da Abolição na Amazônia sem os escravos protagonizando o processo histórico

de libertação. Essa história somente poderia ter sentido se aceitarmos que os escravos negros da Amazônia foram agraciados por seus senhores “redentores” com a liberdade que tanto almejavam, e que as fugas foram ações malsucedidas cujo resultado era a recaptura e a punição dada por “irmãos de cor” (ITUASSÚ, 1981).

Entretanto, a história afroamazônida recompõe o contexto do movimento de escravidão e abolição na Amazônia, *desinventando* a ideia do silenciamento da presença afro na região, e compondo uma nova história, a de que é fato apresentar as comunidades de escravos fugidos na Amazônia como lugares de resistência cujas estratégias de defesa e fugas tinham a explícita função de resgatar a liberdade num primeiro momento e preservá-la em seguida. Segundo Furtado *et al* (2014), essas estratégias serviram de resistência e luta de mocambos e quilombos contra opressão de colonizadores e escravizadores. Para fazer valer sua defesa e sua sobrevivência, os escravos fugidos optaram por gerir estratégias de silenciamento, fugindo para locais de difícil alcance e acesso por brancos escravizadores e ferozes capitães do mato, nas entranhas da floresta, e estabelecer nesses lugares seu território de defesa. Neste sentido, um dos acontecimentos mais importantes para a História africana na Amazônia, mas desconhecida ou pouco conhecida pela História oficial da Amazônia, é a fundação das comunidades de quilombos na região do Baixo Amazonas, como a do Pacoval².

A história do Pacoval está vinculada à chegada de negros escravizados vindos da África, principalmente de regiões do Congo e da Angola para Santarém, para os serviços nas fazendas de propriedade de Maria Margarida Pereira Macambira, conhecida por castigar seus escravos com *salga* [*s.n.*: salgadura, ato de salgar]³. Depois de receber sofrimentos, chicotadas e torturas como punições ocasionadas por atos ditos de rebeldia contra o empreendimento de senhora de escravos, os negros decidiram pela empreitada da fuga da localidade. Lygia Teixeira afirma que,

Depois de longa e penosa viagem para atravessa o rio Amazonas até Monte Alegre; atravessaram o Maicuru, Igarapé do Inferno, nome dado por Maria Macambira, saíram terra afora até varar no rio Curuá; como este rio estava seco, prosseguiram

² Com cerca de cento e cinquenta famílias, a comunidade remanescente de quilombo de Pacoval está localizada no município de Alenquer, às margens do rio Curuá, afluente esquerdo do rio Amazonas, e próxima à sede do Município de Curuá. Sua georreferência é: latitude 1°44'22.91"S e longitude 54°58'44.04"O. De acordo com a Fundação Cultural Palmares (2018), Pacoval recebeu do INCRA, o título da terra em 20/12 1996. A área titulada corresponde a 7.472,879 hectares.

³ Conforme Lygia Teixeira, Maria Macambira costumava punir seus escravos mandando retalhar suas nádegas e passando sal grosso nos cortes. Cf.: TEIXEIRA, Lygia Conceição L. Marambiré: O negro no folclore paraense. Belém; Secult; FCPTN, 1989.

viagem alcançando o rio Culminá Panema, na cabeceira do qual fizeram suas malocas. Era o primeiro mocambo daqueles escravos e que recebia o nome de Mocambo de São Benedito, santo da devoção daquela gente. (TEIXEIRA, 1989, p. 33).

Uma vez empreendida a fuga, os negros fugidos formaram seus pequenos mocambos em territórios próximos de corredeiras e cachoeiras, conhecidos como *águas bravas*, dos rios Curuá, Mamiá, Cabeceiras de São Paulo, dentre outros. Por certo, essas localidades eram difíceis de serem alcançadas, como também era difícil se fazer incursões armadas para a captura dos fugidos. Esses locais eram considerados ideais para o estabelecimento de mocambos, razão pela qual o Quilombo Pacoval se encontra localizado em área próxima de cachoeira e cabeceira. (FUNES, 2015).

Indubitavelmente que, a exemplo da comunidade Pacoval, as comunidades do Baixo Amazonas estavam colocando em prática suas estratégias de defesa e de proteção ao se constituírem sociedades mocambeiras nos altos dos rios, nas regiões de cabeceiras, e nas adjacências de cachoeiras. A existência dessas comunidades até o presente momento é uma comprovação do êxito na estratégia.

Mocambos e Quilombos da Amazônia, da margem ao protagonismo de suas Histórias

Na Amazônia, não diferentemente das outras partes do Brasil, a questão da história africana também é complexa, se considerarmos que a floresta não é um lugar dado a homogeneidades, mas um espaço construído e constituído de vivências de diversas coletividades. Evidentemente que esse convívio entre os povos originários, europeus e africanos na região da grande floresta gera conflitos na luta por consolidação de seus próprios modelos culturais e pelo fortalecimento das identidades dessas populações forçosamente miscigenadas (PAULINO, 2018).

É nessa perspectiva que propomos uma discussão do arcabouço memorial estabelecido na Amazônia sobre representações de colonizadores e de colonizados a partir da chegada de negros escravizados, entre invenções e desinvenções da história afro na região. Todavia, não é possível ocorrer essa desinvenção sem se considerar narrações e vozes do lado colonizado, ou escravizado desenraizado, que é a voz contrastante ao do colonizador. A desinvenção é somente possível com a discussão de complexas formações identitárias de mocambos e quilombos existentes na região, de registros memoriais entre-lugares e do intenso dinamismo

cultural de populações descendentes que foram outrora desenraizadas de suas terras para servir de força de trabalho escravo no além África.

Mocambos e Quilombos, segundo O’Dwyer (2002), consistem, principalmente, de grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência por meio de manutenção e reprodução de seus modos de vida e da manifestação de suas ações culturais, fatores característicos na consolidação de um território próprio,

Até recentemente, o termo *quilombo* era de uso quase exclusivo de historiadores e demais especialistas que, por meio da documentação disponível ou inédita, procuravam construir novas abordagens e interpretações sobre o nosso passado como nação. A partir da Constituição brasileira de 1988, o quilombo adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para conferir direitos territoriais aos *remanescentes de quilombos* que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro. (O’DWYER, 2002, p. 13)

Resolvido em termos o problema de possíveis capturas, os negros puderam finalmente se organizar na forma de mocambos, longe do raio de legitimação da sociedade colonial, que não reconhecia as organizações negras no período colonial. Esse fato justifica em termos o silêncio dos registros históricos oficiais sobre a existência e a dinâmica dos mocambos da Amazônia. À margem da História oficial brasileira, elas foram se desenvolvendo, construindo autonomia social, produzindo vitalidade inventiva única, e transformando o território habitado em ambiente coletivo, com identidade cultural afirmada pelo senso de pertencimento à ancestralidade do outro lado do oceano Atlântico. O regime de compadrio entre seus membros e entre as diversas comunidades fortalece suas identidades, sustenta e preserva a memória, além de resistir aos resquícios históricos da escravidão que ainda teimam em existir nos espaços das relações entre culturas, na contemporaneidade amazônica e brasileira.

Atualmente, a dinâmica de sobrevivência africana na floresta amazônica ainda constitui um ato de resistência ao colono escravizador e de rejeição à escravidão que lhes tirou os laços familiares originários, amordaçou os sonhos possíveis, sufocou as línguas e linguagens com seus significados reais, negou-lhes a África como terra mãe, e desqualificou a religiosidade e a tradição espiritual negra como símbolo de unidade. Isto implica a urgência de desinventar a história oficial, produzindo uma nova história inventada, que também deve ser questionada, até chegarmos a uma história o mais próximo possível dos fatos negados e negados da Afroamazônia no período colonial.

Considerações Finais

Para que possamos propor a “desinvenção” de uma História da Afromazônica, feita de registros ora falaciosos ora omissos, é necessário reconstituir o caminho percorrido na colonização da região, enfatizando a junção nem sempre harmoniosa de três culturas, sendo a europeia imposta às outras duas matrizes numa perspectiva de uso das populações subjugadas em propósitos puramente econômicos de exploração da Amazônia. Assim, a identidade quilombola amazônica se constitui a partir de um contexto de resistência e afirmação da cultura africana tão silenciada historicamente. Manter suas histórias ativas e vívidas até os dias atuais os constitui enquanto população que resiste para existir, com seus modos de vida e as manifestações cotidianas que as afirmam em sua identidade coletiva.

Ao contar as histórias de sua chegada em terras do dito “Novo Mundo” ou “Novo Lugar”, os colonizadores logo trataram de fazer registros narrativos apresentando conteúdos exoticamente exorbitantes, destacando esse espaço como terra pronta para ser explorada. Foi nesse contexto que o discurso colonizador passou a fazer parte do entrelaçamento cultural ocorrido na Amazônia e que permanece até os dias atuais como redação oficial da história da Amazônia brasileira. Assim, Propor uma desinvenção da história é permitir que os acontecimentos sejam recontados de modo que as narrativas apresentem, de fato, uma história o mais próximo possível da realidade da população que construiu parte da cultura da região, que influenciou modos de ser e viver do indivíduo amazônica e que tem contribuído decisivamente com o desenvolvimento socioeconômico e cultural da Amazônia.

Neste sentido, é plausível ponderar que na região Amazônica a introdução do africano foi tão ou mais ampla que em outras regiões do País, principalmente quanto ao comércio e tráfico de escravos dos séculos XVII ao XIX e a formação de mocambos, hoje denominados de quilombos. Da história vergonhosa da escravidão, a Amazônia herdou todo o universo sociocultural do povo africano, seus modos de se organizar e suas altas habilidades na lida com o desenvolvimento da região, e uma riqueza cultural preta que sustenta e valoriza a condição multicultural da Amazônia. Apesar dessa contribuição, o registro das comunidades reconhecidas como de raízes quilombolas e mocambas pelo Estado brasileiro é ainda bastante incipiente. Por isso, é fundamental que o poder público e as próprias comunidades de quilombos/mocambos acelerem seus processos de documentação, registro e recomposição da

história, até mesmo a desinvenção do que a História oficial apresenta sobre a existência de escravos no passado do Norte brasileiro, bem como, se promova o reconhecimento da grande contribuição africana no desenvolvimento da região amazônica.

Essa necessidade se dá devido aos fortes conflitos agrários contra seus espaços, aos constantes desmatamentos nas terras adjacentes a seus territórios, e à perda cada vez maior dos territórios habitados por comunitários de quilombos e mocambos. Assim, é urgente se afirmar com mais afinco o direito ao território de todos aqueles que se reconhecem descendentes de escravos e habitantes de locais de remanescimento quilombola, mocamba. O direito ao território amazônico é também condição emancipatória para que essas comunidades melhor desempenhem seus papéis no processo de desenvolvimento da Amazônia brasileira.

Destacamos que as riquezas culturais e memoriais desses povos que vieram forçados na Diáspora Africana para o Brasil e serviram ao colonizador na condição de escravos têm sido ameaçadas de desaparecimento. Eles possuem vasto histórico de luta pelo direito à propriedade de suas terras, pelo reconhecimento de sua identidade cultural como componente da cultura material e imaterial brasileira. Peleja essa que se insere no contexto da grande conquista afro em 1988, com a assinatura da Constituição Brasileira, ano que marcou os 100 anos da oficialização da abolição da escravidão no Brasil. Essa data serviu também de momento reivindicatório dos movimentos negros junto à Assembleia Constituinte. O resultado da pressão foi fazer serem aprovados dispositivos que permitissem às comunidades de mocambo e quilombo reivindicar para si os territórios habitados desde há mais de cem anos.

Neste sentido, Para que uma comunidade seja reconhecida como remanescente de quilombo ou mocambo, ela necessita fazer o enfrentamento cultural e memorial: descobrir para si mesma sua ligação ancestral com a África, reconhecendo que suas manifestações culturais, suas histórias, seus trejeitos linguísticos, suas respostas para as intempéries da natureza são na verdade uma atualização amazônica das características que servem para definir sua identidade africana. Além disso, é preciso não somente desinventar a história do colonizador, como também propor um novo modelo de relações entre culturas. Para isso, há de se repensar o modelo de reivindicação de seu reconhecimento histórico, cultural, memorial e identitário num ambiente deslocado de suas raízes originárias africanas e submetido à lógica de colonizadores.

Isto poderia ser feito em nossa perspectiva a partir de ao menos quatro pontos fundamentais, a saber: políticas de reconhecimento e afirmação melhor estruturadas e implantadas em todo o País, concebendo as próprias comunidades remanescentes como protagonistas do processo; alteridade interétnica tão necessária em um País multicultural; consolidação histórica e ambiental do novo enraizamento a partir de novas pesquisas, registros, inventários e demonstrativos da riqueza africana; manifestações de hábitos culturais originados ou que permitem confirmar a relação com as raízes originárias. Esses tópicos são fundamentais para, a partir deles, revisitar o passado, compreender o presente e propor uma nova perspectiva social e cultural aos povos afroamazônidas.

Finalmente, é preciso considerar o desafio dessas comunidades que se assumem de remanescentes de mocambos e quilombo na Amazônia de aceitar que numa região tão diversa culturalmente sua sobrevivência depende de certo apelo ao hibridismo cultural, o que demanda delas respeito a outras culturas ao mesmo tempo em que luta e reivindica para si a condição de povo dotado de estruturas existenciais e culturais representativas da matriz ancestral africana. Essa tarefa não é fácil, pois outras culturas também estão passando por esse processo de afirmação de si no ambiente amazônico, algumas reivindicando a legitimidade de suas raízes nativas, outras apostando na imposição de suas heranças europeias, justificando a realidade da Amazônia como terra de culturas cujas manifestações de cotidianidade ocorrem de forma diversificada, conflituosa e, por vezes, adaptativa.

Dito isso, é fundamental que a multiculturalidade seja sustentada a partir da história de cada povo para não ocorrer o desaparecimento dessas riquezas culturais locais, pois relações interculturais num ambiente globalizado tendem a sufocar as culturas de minoria, o que vem ocorrendo com a maioria das populações étnicas da Amazônia, região de dimensões continentais, que tem fragilidades gritantes no processo de proteção de suas comunidades diversas e seus patrimônios culturais, históricos, memoriais e naturais, o que demanda sólidas estruturas institucionais locais que viabilizem a sua preservação.

Às comunidades afroamazônidas, o ponto crucial está em manter com vigor seus registros de memória coletiva e a afirmação de sua identidade negra na região do Baixo Amazonas; e promover assim um pensamento mais pós-colonialista no presente e descolonizador sobre o passado africano na Amazônia brasileira. Isso seria um bom começo para se promover o reconhecimento da importância africana na História da Amazônia, tanto na sua preservação necessária quanto no seu desenvolvimento sustentável.

Referências

- AZEVEDO, Idaliana Marinho de (org). **Puxirum: memória dos negros do oeste paraense**. Belém-PA: IAP, 2002.
- BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra na Amazônia (Sécs. XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- FERRETI, Sérgio E. Sincretismo Afro-Brasileiro e Resistência Cultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-198, jun. 1998. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ha/v4n8/0104-7183-ha-4-8-0182.pdf> Acesso 02.10.2020
- FUNES, Eurípedes A. **Comunidades Mocambeiras do Trombetas**. Fortaleza-CE: UFC, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19861/1/2015_capliv_eafunes.pdf Acesso em 14.12.2019.
- _____. **Mocambos: natureza, cultura e memória**. Em: *História Unisinos*, 13(2):146-153, Maio/Agosto 2009.
- FURTADO, Marcela B.; PEDROZA, Regina L. S.; ALVES, Cândida B. **Cultura, Identidade e Subjetividade Quilombola: Uma Leitura a Partir da Psicologia Cultural**. Em: *Psicologia e Sociedade*, vol. 26, nº01, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100012> Acesso em: 22/10/2019.
- GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. **Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil**. Em: *Estudos Avançados*, vol.16 no.45 São Paulo Mai/Ago. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200005 Acesso em 29/02/2020
- HALBWACHS, Maurice. **On Collective Memory**. Chicago [S.l.]: University of Chicago Press, 1992.
- ITUASSÚ, Oyama Cesar. **Escravidão no Amazonas**. Manaus: Metro-Cúbico, 1981.
- MEIRELES, Marinelma Costa. **As conexões do Maranhão com a África no tráfico atlântico de escravos na segunda metade do século XVII**. Em: *Revista Outros Tempos*. Dossiê escravidão, v. 8, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/177 Acesso em 15/01/2020.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: de maioria e minoria (1750-1850)**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NORA, Pierre. **Mémoire collective**. In: LE GOFF, Jacques. *La nouvelle histoire*, Paris: Retz, 1978.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PAULINO, Itamar Rodrigues. **A Amazônia entre culturas, identidades e memórias**. Em: LIMA, Rogério e MAGALHÃES, Maria da Glória (orgs). *Culturas e Imaginários: Deslocamentos, Interações e Superposições*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2018.

REIS, Arthur C. Ferreira. **Súmula da História do Amazonas**. Manaus. Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001.

_____. **O negro na empresa colonial dos portugueses na Amazônia**. Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações da Morte Infante Dom Henrique, V, II parte, 1961, pp. 347-53.

_____. **O processo histórico da economia amazonense**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem: Esboço do pensamento Político-Revolucionário no Grão-Pará**. Belém: Cejup, 1992.

SAMPAIO, Patrícia M. (org.). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Açai / CNPq, 2011.

SCHWARTZ, S. B. **Mocambos, quilombos e palmares: a resistência escrava no Brasil Colonial**. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, p. 61-88, 1987. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/157408> Acesso 02.10.2020

SMITH, Anthony. *Explorers of the Amazon*. Chicago [S.I.]: University of Chicago Press, 1994.

TEIXEIRA, Lygia Conceição L. **Marambiré: O negro no folclore paraense**. Belém: Secult, FCPTN, 1989.